



# LEGITIMIDADE E OPERAÇÕES MILITARES

Tenente-Coronel James W. Hammond, Forças Armadas Canadenses

*Os pontos de vista expressos neste artigo são do autor e não refletem as posições ou políticas oficiais do Governo, Departamento de Defesa ou quaisquer órgãos dos EUA.*

*O Tenente-Coronel James W. Hammond serve como comandante do Regimento de Operações Especiais do Canadá em Petawawa, Ontário. Possui experiência operacional no Afeganistão e na Bósnia. Obteve o título de Bacharel pela Universidade de Victoria e de Mestre pela Universidade Carleton. Também concluiu o Mestrado em Estudos Estratégicos pela Escola de Guerra do Exército dos EUA.*

*FOTO: Sgt Akira Taylor, de um pelotão de morteiros do 20º Regimento, lidera outros soldados pelas ruas de Abu Sayf, no Iraque, durante uma patrulha a pé em 6 de agosto de 2006.*

Exército dos EUA, Cabo Sam Kilpatrick

*A América está em guerra... Temos mantido a ofensiva contra as redes terroristas, deixando nosso inimigo enfraquecido, mas ainda não derrotado... a luta contra o inimigo... tem sido difícil. E nosso trabalho está longe de ser concluído.*

—Presidente George W. Bush, 16 de março de 2006<sup>1</sup>

**E**MBORA MAIS DE dois anos tenham se passado desde que o presidente escreveu esses comentários, suas palavras ainda soam verdadeiras. Apesar de os Estados Unidos permanecerem na ofensiva, o inimigo ainda não foi derrotado. Apenas no Iraque, os Estados Unidos perderam mais de 4.000 homens e mulheres em serviço, enquanto outro efetivo equivalente a uma divisão foi evacuado por razões médicas desse teatro de operações.<sup>2</sup> A grande maioria foi morta, ferida ou adoeceu nos anos posteriores às grandes operações de combate, concluídas em maio de 2003. No Afeganistão, as baixas da coalizão vêm aumentando, e os combatentes do Talibã são tão numerosos quanto nos últimos seis anos.<sup>3</sup> Mundialmente, a Al-Qaeda parece eficaz como sempre na disseminação de sua ideologia terrorista. O ritmo das operações contra essa ameaça extenua as nações ocidentais, sobretudo os Estados Unidos, que continuam a fazer quase todo o “trabalho pesado”. Apesar de um orçamento de defesa equivalente a mais de 48% do total mundial de gastos de defesa, as forças militares dos EUA podem estar a ponto de arrebentar com a tensão. Até com dotações suplementares do Congresso, o Departamento de Defesa dos EUA terá muita dificuldade para sustentar as operações atuais e muito menos estará pronto para outro desafio regional.<sup>4</sup> Se, como muitos alegam, estamos apenas nas etapas iniciais de uma “longa guerra”, é bom que todos aprendamos algumas lições importantes, e rápido, ou, como diz o presidente, nosso trabalho estará longe de ser concluído por muitos anos ainda.

As pressões do ambiente de segurança atual resultaram no ímpeto de definir, dissecar, entender e enfrentar esses desafios. Embora as análises da guerra sejam produtivas, ainda não geraram uma grande revelação. Pelo lado positivo, oficiais experientes como o General David H. Petraeus, do Exército dos EUA, e o General James Mattis, do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN), instigaram um interesse renovado nos especialistas em

contra-insurgência, como David Galula, T.E. Lawrence, Robert Thompson e Frank Kitson.<sup>5</sup> A busca de soluções também resultou numa análise profunda dos princípios doutrinários centrais e uma revisão completa da doutrina de contra-insurgência do Exército e do CFN dos EUA.

Entre as mudanças significativas na doutrina dos EUA está a maior atenção dada à “legitimidade”, particularmente durante as operações de contra-insurgência. A legitimidade transformou-se num princípio determinante para a maioria dos teóricos de contra-insurgência e para o próprio conflito, nas palavras de Galula, uma “batalha pela população”, em que “o exercício do poder político depende do acordo tácito ou explícito da população”.<sup>6</sup> A doutrina de contra-insurgência dos EUA hoje afirma claramente que “A vitória é conquistada quando o povo consente com a legitimidade do governo e pára de apoiar a insurgência ativa ou passivamente”.<sup>7</sup> De fato, o termo “legitimidade” é tão comum que aparece 131 vezes no novo manual de campanha dos EUA sobre as operações de contra-insurgência, o *FM 3-24*. Até mais significativo, a principal doutrina de operações das forças militares dos EUA, a Publicação Combinada *JP 3-0, Joint Operations* (Operações Combinadas), foi reescrita para incluir a legitimidade (e os conceitos de comedimento e perseverança) como “Outros Princípios” para se juntar aos nove tradicionais “Princípios de Guerra” numa nova lista de doze “Princípios de Operações Combinadas”.<sup>8</sup>

Devemos considerar o impacto potencial dessa mudança com cuidado, porque os princípios de guerra são, de uma forma ou de outra, o alicerce das operações militares desde a era do Barão Antoine de Jomini.

## Cinco Aspectos da Legitimidade

*Nenhum Estado pode sobreviver por muito tempo exclusivamente por meio de seu poder de coagir... Com o passar dos anos, a manutenção da ordem social é negociada.*

—Christopher Pierson<sup>9</sup>

Embora introduza o conceito de legitimidade, a Publicação Combinada *JP 3-0* não define o termo. A palavra “legitimidade” vem do latim *legitimare*, declarar legal; portanto, conota retidão e legalidade. Em ciência política, a legitimidade

se refere à aceitação do povo de um conjunto de regras ou de uma autoridade. Além disso, por meio de seu consentimento, reconhece um dever de obediência àquela autoridade. A legitimidade se diferencia da legalidade, porque implica que os cidadãos respeitem ou aceitem a autoridade, independentemente da existência de uma justificativa legal para esta.<sup>10</sup> Essa é uma distinção especialmente importante, particularmente em relações internacionais, em que inexistente uma autoridade legal abrangente.<sup>11</sup> Embora a legitimidade seja um conceito complexo e contestado em teoria política, possui cinco aspectos importantes que têm um impacto direto nas operações militares.

**As fontes da legitimidade.** O sociólogo alemão Max Weber postulou três fontes de legitimidade: a fonte legal-racional, que a maioria dos governos do Ocidente desfruta, baseada num marco de normas legais (p. ex., o governo eleito de acordo com um arcabouço jurídico e constituição); a autoridade tradicional, baseada em costumes, educação e nascimento (p. ex., a família ou clã governante); e a autoridade carismática, baseada no poder da personalidade de um indivíduo ou grupo.<sup>12</sup>

A importância da observação de Weber no tocante à liderança carismática é evidente a qualquer um que considere o status de Osama bin-Laden em certas partes do Território Federal das Áreas Tribais, no Paquistão, e, de fato, todas as três fontes da legitimidade estão em jogo hoje tanto no Iraque quanto no Afeganistão.

**A legitimidade e a obrigação.** A legitimidade e a obrigação são dois lados da mesma moeda.<sup>13</sup> No mínimo, a aceitação de alguma autoridade como legítima implica algum nível de consentimento por parte da população nas ações daquela autoridade. Isso também implica a obrigação de aceitar as decisões de tal autoridade, mesmo que algumas sejam indesejáveis. A implicação para os governos emergentes ou forças militares

**...o povo resistirá até à imposição mais leve de uma autoridade que considere ilegítima.**



Força Aérea dos EUA, Sgt Stacy L. Pearsall

*Um soldado arromba a porta de um prédio a pontapés durante uma operação de isolamento e busca em Buhriz, no Iraque, 14 de março de 2007.*

operando numa área é que as populações locais aceitarão até transgressões significativas de seus direitos e liberdades se as exigências vierem de uma autoridade que considerem legítima. O contrário, claro, também se aplica: o povo resistirá até à imposição mais leve de uma autoridade que considere ilegítima.

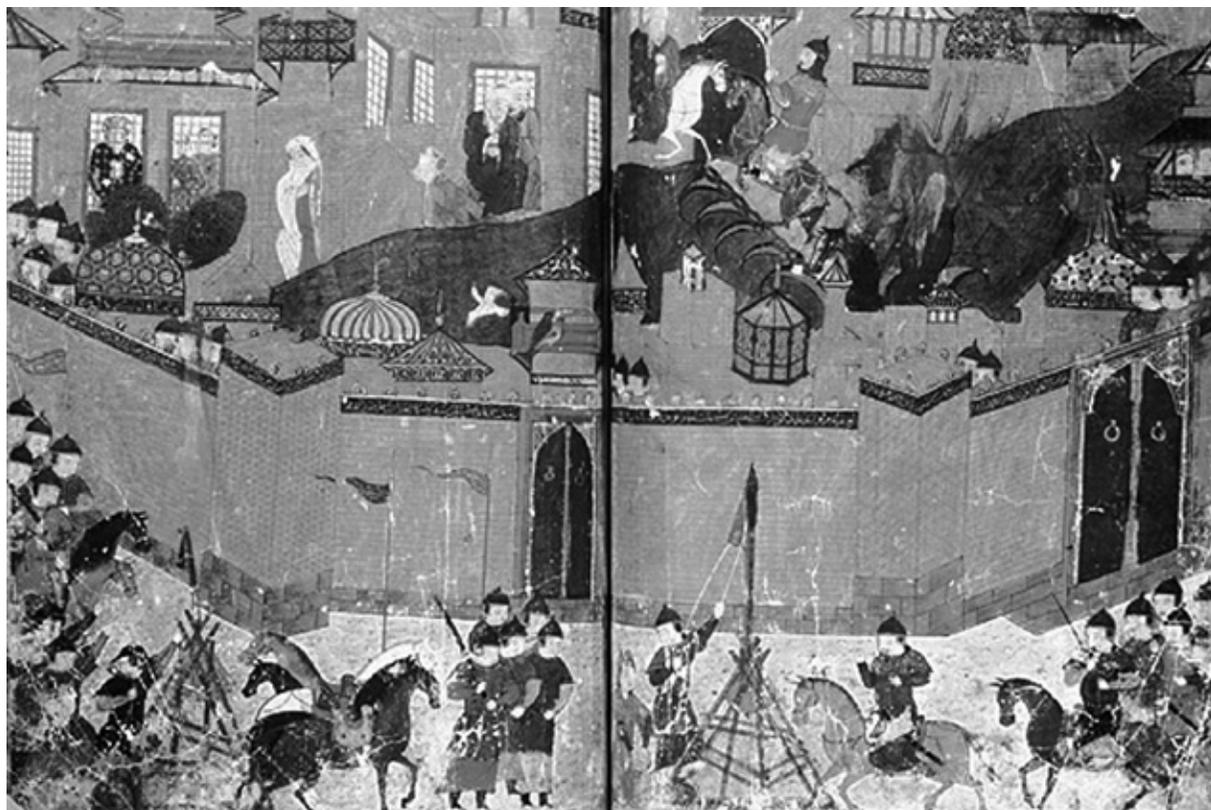
**A legitimidade e a força.** A capacidade de aplicar a força não confere a legitimidade. Weber identificou uma das características mais notáveis do Estado como “uma comunidade humana que reivindica (com sucesso) o monopólio do emprego legítimo da força física dentro de certo território”.<sup>14</sup> Embora a teoria marxista sugerisse que a ameaça sorrateira de exercer esse monopólio da violência era o que mantinha os governos capitalistas no poder, até os neomarxistas de hoje aceitam que “sem algum nível de legitimidade, é difícil ver como qualquer Estado possa se manter”.<sup>15</sup> O filósofo político Hannah Arendt observou: “Como sempre exige obediência, a autoridade é, com frequência, confundida com

alguma forma de poder ou violência. No entanto, a autoridade impede o emprego de meios externos de coerção; nos casos em que se utiliza a força, a autoridade, em si, fracassou... Se a autoridade deve ser definida de alguma forma, então, deve ser em oposição à... força”.<sup>16</sup> Os oficiais militares entendem isso implicitamente quando designados para apoiar as autoridades civis em seu país. Qualquer emprego real de força implica que a autoridade já fracassou de certa forma, pelo menos em relação a algum setor da população. Curiosamente, os estudos de forças policiais nos Estados Unidos sugerem que o aumento da violência policial corrói a legitimidade da polícia. De fato, estudos mostram que a redução do emprego de força policial tem um efeito positivo na diminuição de crimes violentos.<sup>17</sup> Os resultados de pesquisas adicionais sobre a legitimidade policial mostram que ela “muda a base usada pelas pessoas para decidir se cooperam com as autoridades legais” e tem “influência significativa sobre o ponto até o qual as pessoas obedecem à

lei”. Também mostram que “a justiça e a eficácia policiais não são mutuamente exclusivas, mas se reforçam mutuamente”.<sup>18</sup> Em suma, o emprego de força de forma desnecessária, indevida ou fora de proporção em relação ao exigido mina a legitimidade e a eficácia policiais. Se esse é o caso com populações pacíficas na América do Norte, sem dúvida, a relação entre a força e a legitimidade é algo que as forças militares devem considerar cuidadosamente ao operarem em teatros externos, onde a legitimidade é mais tênue.

**As percepções e a legitimidade.** O quarto aspecto da legitimidade que os comandantes militares devem compreender é que ela é relativa ao público. Por exemplo, uma força militar operando no Iraque deve se preocupar primordialmente com a percepção da população iraquiana local quanto à legitimidade do governo iraquiano. Quanto menos legítima parecer uma operação, menor o apoio que ela pode esperar. Se o povo considerá-la legítima, uma operação liderada pelos EUA para rastrear uma célula de dispositivos explosivos improvisados responsável pela morte de centenas de civis pode obter apoio local. Por outro lado, o

povo pode considerar uma operação de isolamento e busca numa área onde os insurgentes tenham ferido poucos moradores como desnecessária e menos legítima. Da mesma forma, a comunidade internacional estará menos disposta a apoiar ações consideradas arbitrárias, se a força interveio ilegítimamente num território ou executou operações demasiadamente agressivas. Além disso, o público interno também é essencial para o sucesso, como os Estados Unidos aprenderam durante a era do Vietnã. Quando o povo passou a considerar aquela guerra ilegítima nos EUA, a probabilidade de uma conclusão bem-sucedida se tornou mais remota. Finalmente, os homens e mulheres da força militar desdobrada constituem um público importante, que questiona a legitimidade da força com o mesmo rigor que qualquer outro público. Uma vez que a missão perca a legitimidade aos seus olhos, devido à ação imoral ou excessiva, recobrar a eficácia exigirá uma restauração completa da confiança, o que talvez seja impossível. A obediência forçada nessas circunstâncias nunca compensará a obediência voluntária perdida com a legitimidade desperdiçada.



*Como fizeram com muitas cidades islâmicas, os mongóis destruíram completamente Bagdá. A teoria da guerra justa era bem desenvolvida na época. Os mongóis empregaram o terror em escala maciça para controlar a população árabe.*

**A legitimidade contestada.** Uma característica final da legitimidade é que ela se aplica aos dois lados de um conflito. Frequentemente, oficiais da coalizão apontam que o inimigo visa civis inocentes, tortura e decapita reféns e se recusa a observar quaisquer regras de combate. Sabemos por experiência que tudo isso é verdade, mas também devemos ponderar se essa conduta é uma estratégia eficaz para o inimigo no longo prazo. O General David H. Petraeus observa: “Os ataques indiscriminados da Al-Qaeda... começaram, finalmente, a virar uma parcela considerável da população iraquiana contra a organização”.<sup>19</sup> James Fallows acrescenta: “O que fizeram foi seguir a lógica terrorista de aumentar progressivamente o grau de carnificina e violência, o que significou violar a lógica de guerrilheiro de atrair a população civil para o seu lado... Os insurgentes massacram civis diariamente... Mas como também se acredita que as tropas americanas matam civis, a reação contra os insurgentes é perturbada”.<sup>20</sup>

Os líderes da Al-Qaeda dos níveis mais altos reconhecem o impacto negativo da violência em sua estratégia. Segundo Peter Bergen, “Foi Al-Zawahiri que escreveu uma carta ao líder da Al-Qaeda no Iraque, Abu Mousab Al-Zarqawi, sugerindo delicadamente que ele cessasse o hábito de decapitar reféns, porque isso estava afastando muitos muçulmanos”.<sup>21</sup> Houve reações negativas semelhantes no outono de 2005, depois que bombas explodiram em Amã, na Jordânia, e Bali, na Indonésia. Na luta cotidiana pela legitimidade, tanto os insurgentes quanto os contra-insurgentes lutam no ponto de equilíbrio da relação entre a força e a legitimidade.

## A Legitimidade Estratégica e Operacional

*Se você examinar como somos percebidos no mundo e o tipo de crítica que recebemos em relação a Guantânamo, Abu Ghraib e transferências extrajudiciais, quer acreditemos quer não, as pessoas agora estão começando a questionar se seguimos os nossos próprios altos padrões.*

—Colin Powell, 2007<sup>22</sup>

Antes de examinar o papel da legitimidade durante as operações militares no exterior,

devemos perguntar como a legitimidade da decisão estratégica de empregar uma força militar afeta a legitimidade da própria força. A teoria

***Os líderes militares pouco podem fazer sobre a legitimidade da decisão de ir à guerra, mas podem assegurar e proteger a legitimidade das operações...***

da guerra justa tradicional examina a justiça de uma guerra com duas medidas: *jus ad bellum*, a justiça da decisão de ir à guerra; e *jus in bello*, a justiça de como as forças militares a executam. As considerações de *jus ad bellum* indagam se a causa da guerra é justa, se o bem almejado pela guerra é maior que o mal causado pelo combate, se uma autoridade legítima tomou a decisão de ir à guerra, se a guerra foi o último recurso e se há uma chance razoável de sucesso.<sup>23</sup> Todas essas perguntas surgiram durante os debates sobre a decisão do governo dos EUA de ir à guerra contra o Iraque em 2003.<sup>24</sup>

A legitimidade de uma guerra, ou *legitimidade estratégica*, não é algo que um soldado possa influenciar. Não devemos responsabilizá-lo pela correção da decisão de ir à guerra. Ele deve simplesmente seguir ordens e fazer as melhores escolhas morais durante as operações decorrentes. Segundo a legislação internacional, o comandante militar é protegido pelo que Francisco de Vitoria descreveu há cinco séculos como “ignorância invencível”, para distinguir entre a justiça da própria guerra e a justiça de ações militares específicas durante a guerra.<sup>25</sup> Não obstante, os comandantes militares seriam insensatos se não compreendessem o contexto em que operam, incluindo a percepção de legitimidade de sua causa.

Os comandantes em campanha às vezes vêem a legitimidade como água num balde. Tanto as decisões estratégicas quanto as operacionais afetam o volume da água. Se a decisão de desdobrar é suspeita, o comandante começa sua operação com um volume de água reduzido (ou nenhum). O modo como a força executa a operação definirá a velocidade com que ela será consumida

(ou se a força pode recuperar maior legitimidade por meio de ações moralmente virtuosas e operacionalmente eficazes na campanha).

Os líderes militares pouco podem fazer sobre a legitimidade da decisão de ir à guerra, mas podem assegurar e proteger a legitimidade das operações, ou *legitimidade operacional*. O emprego excessivo da força pode minar até a intervenção mais legítima. As ações em campanha devem demonstrar as considerações *jus in bello* de proporcionalidade. Em resumo, todas as operações militares devem diferenciar claramente entre os combatentes e os não-combatentes, e qualquer emprego da força deve ser proporcional somente aos fins militares, evitando danos colaterais desnecessários. Ambos os conceitos são difíceis de aplicar no que o General Rupert Smith chama de “guerra entre o povo”, em que os combatentes não usam uniformes e operam a partir dos centros populacionais.<sup>26</sup> Mesmo assim, o comedimento e a aplicação focada da força são essenciais para manter o apoio tanto da população local quanto da população americana. Examinarei, adiante, a execução de operações militares recentes para analisar seu impacto na legitimidade operacional.

## A Legitimidade Operacional no Iraque e no Afeganistão

*Compreendi, vendo, agora, Dieneces motivar e cuidar de seus homens, que era esse o papel do oficial... estimular sua bravura quando ela esmorecesse e controlar sua fúria quando ela ameaçasse fazê-los perder o controle.*

—Steven Pressfield, *Gates of Fire*<sup>27</sup>

*As ações de segurança devem ser equilibradas com as preocupações de legitimidade... A limitação do emprego de força, reestruturação do tipo de forças empregadas e garantia da conduta disciplinada das forças envolvidas podem reforçar a legitimidade.*

—Publicação Combinada 3-0, *Operations*<sup>28</sup>

A história das operações atuais da coalizão é, em geral, uma história de heroísmo, coragem e auto-sacrifício. Durante as etapas iniciais da Operação *Iraqi Freedom* em particular, houve muitos atos ousados, que devem ocupar seu lugar nos anais da História Militar. Uma dessas ações ocorreu na noite de 31 de março de 2003, perto

da cidade de Haditha, no centro-oeste do Iraque. Depois de uma infiltração terrestre por território desconhecido, a Companhia B do 3º Batalhão de *Rangers* (Comandos), do 75º Regimento de *Rangers*, conquistou o objetivo *Lynx*, que era essencial para assegurar que o regime de Saddam Hussein não pudesse sabotar a represa Haditha e causar um desastre humanitário aos civis iraquianos dos vales do Tigre e Eufrates.<sup>29</sup> Operando com inteligência adequada, mas incompleta, os *Rangers* conseguiram controlar a represa depois de quatro horas de troca de fogo. Ao longo dos seis dias seguintes, essa companhia levemente armada de *Rangers*, com controladores de combate da Força Aérea e mais tarde reforçada por dois carros de combate *M1*, repeliu uma série de contra-ataques inconstantes para conseguir o controle da represa e destruiu 29 carros de combate e mais de 65 peças de artilharia, defesa antiaérea e morteiro do inimigo. Essa pequena operação é um bom exemplo de forças leves demonstrando agilidade, coragem e determinação em uma causa nobre contra um inimigo numericamente superior, ao mesmo tempo em que respeitam as regras de engajamento e as leis do conflito armado. Como tal, merece ser lembrada.

Apenas quatro anos depois, porém, o registro histórico de Haditha passa outra impressão. Na imaginação do público, os eventos na represa foram, há muito, ofuscados pelas ações de um pequeno número de outros militares americanos, que teriam supostamente assassinado 24 civis iraquianos, incluindo mulheres e crianças, durante uma violenta vingança, depois que um dispositivo explosivo improvisado matou um cabo de 20 anos na manhã de 19 de novembro de 2005.<sup>30</sup> O comunicado inicial à imprensa sobre o incidente ofereceu uma explicação plausível, adequada às expectativas dos militares: “Um fuzileiro naval dos EUA e 15 civis foram mortos ontem devido à explosão de uma bomba à margem da estrada em Haditha. Logo depois do bombardeio, homens armados atacaram o comboio com fogo de pequenas armas. Soldados do exército iraquiano e fuzileiros navais dos EUA responderam ao fogo, eliminando oito insurgentes e ferindo outro”.<sup>31</sup> Uma organização iraquiana de direitos humanos começou a investigar quase imediatamente, mas foi só depois que a revista *Time* obteve um vídeo, em janeiro de 2006, e subsequente

entregou-o às autoridades americanas para obter seus comentários, que os EUA iniciaram investigações militares significativas.<sup>32</sup>

As provas são contundentes. O vídeo mostra sangue respingado nas paredes dos quartos das famílias; há um depoimento de um sobrevivente cujos familiares (a não ser um irmão) foram mortos com suas roupas de dormir em seus quartos. Embora alguns homens adultos tenham morrido, muitos dos mortos eram mulheres e crianças de 2 a 14 anos de idade. Não havia evidência de fragmentos de bombas em qualquer um dos corpos dos civis ou de fogo cruzado fora das casas. O diretor do hospital local afirmou que “nenhum órgão foi cortado por estilhaços de bomba... A maioria das vítimas foi baleada no peito e na cabeça — à queimadura”.<sup>33</sup> É inegável que algo deu terrivelmente errado em Haditha.

Embora o processo legal movido contra os assassinos acusados vá demonstrar a determinação dos EUA de aplicar os valores americanos e o estado de direito aos seus próprios cidadãos, não tratará, por si só, das implicações mais amplas do evento. Podem existir criminosos em qualquer força militar, mas os assassinatos em Haditha exigem uma auto-análise mais básica de uma força militar que se dedica à promoção da segurança e do estado de direito e à proteção dos inocentes. Quando civis inocentes morrem durante as operações humanitárias, de estabilização ou de combate, devemos fazer perguntas difíceis. Como puderam militares selecionados, disciplinados e altamente treinados cometer tal ato? Como é que as autoridades não descobriram e trataram da natureza criminosa do incidente por quatro meses? Como é que a cadeia de comando não fez mais perguntas nos dias imediatamente posteriores aos eventos?

Para responder a essas perguntas, o General-de-Divisão Eldon A. Bargewell examinou as questões mais amplas relacionadas aos assassinatos. Seu relatório, concluído em junho de 2006, concentrou-se no relato do incidente, assim como no clima de comando entre a liderança do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) no oeste do Iraque.<sup>34</sup> Embora não tenha encontrado prova direta de um esforço articulado acima do nível da fração para ocultar o incidente, o relatório de Bargewell constatou a cumplicidade desde o pelotão à divisão em ignorar

as indicações de má conduta grave e “uma relutância, chegando às raias de negação da realidade, por parte do comandante de batalhão em examinar um incidente que poderia se mostrar prejudicial a ele e seus fuzileiros navais”.<sup>35</sup> O CFN afastou o comandante de batalhão e três outros oficiais de suas funções, acusando-os de violação de uma ordem legal, negligência do dever e falsa declaração.

***Alguns sugerem que as atitudes demonstradas em relação aos civis iraquianos nos incidentes acima são apenas a ponta do iceberg.***

Essas falhas, como os próprios assassinatos, são atos individuais de ação ou omissão e, portanto, Bargewell poderia tratar deles individualmente, mas descobriu um problema sistêmico com as atitudes coletivas da cadeia de comando:

Todos os níveis de comando tinham a tendência de considerar as baixas civis, mesmo quando em número considerável, como rotineiras e como o resultado natural de táticas insurgentes... As declarações feitas pela cadeia de comando durante as entrevistas para esta investigação... sugerem que as vidas dos civis iraquianos não são tão importantes quanto as vidas de americanos, que sua morte é meramente o custo de fazer negócios, e que os fuzileiros navais precisam ‘cumprir a missão’ não importa como. Esses comentários tinham o potencial de insensibilizar os fuzileiros navais em relação à população iraquiana e caracterizar todos os seus membros como inimigos, mesmo que não fossem combatentes.<sup>36</sup>

Bargewell observou ainda que o comandante da equipe de combate do regimento “expressou apenas ligeira preocupação com as potenciais consequências negativas da matança indiscriminada, com base em sua opinião declarada de que os iraquianos e insurgentes respeitam mais a força e o poder que a justiça”.<sup>37</sup> Embora não sugira que a cadeia de comando apoiou diretamente qualquer ação em Haditha, Bargewell reportou que havia alguma falha no ambiente do comando da 2ª Divisão de Fuzileiros Navais à época.

Como evento isolado, Haditha é uma tragédia e potencialmente um crime que mancha a reputação de todos os que servem. Foi resultado de uma série de fatores, desencadeados pela morte de um fuzileiro naval por um dispositivo explosivo improvisado e alimentados pelas tensões das operações e um ambiente de comando que parece ter implicitamente aceito a atitude que civis iraquianos são suspeitos e diferentes dos civis americanos. O verdadeiro problema, porém, é que Haditha não foi um caso isolado.

Segundo consta, em 26 de abril de 2006, um grupo de fuzileiros navais dos EUA tirou Hashim Ibrahim Awad, um deficiente físico, pai de onze filhos, de casa, espancou-o e, em seguida, matou-o a tiros. As autoridades acusaram sete fuzileiros navais e um enfermeiro da Marinha de crimes que iam do homicídio e seqüestro à associação criminosa, falsas declarações oficiais e estelionato.<sup>38</sup> Mais uma vez, esse incidente é claramente um ato criminoso; talvez seja, como alguns sugerem, a ação de umas poucas “maçons podres”, que não reflete a conduta da grande maioria dos soldados da coalizão no Iraque.

Todavia, como a maioria desses eventos, resultou de vários fatores, incluindo um ambiente de comando que ou aceitou a prática de maus tratos contra civis iraquianos ou foi, no mínimo, incapaz de impor o compromisso do Corpo de Fuzileiros Navais com seus valores centrais.<sup>39</sup> Ao coletarem evidências, descobriram outros casos de agressão não relacionados, ocorridos algumas semanas antes do assassinato de Awad.<sup>40</sup> Em um deles, o 2º Tenente Nathan P. Phan supostamente espancou, estrangulou e ameaçou detidos em Hamdani, no início de 2006. Phan admitiu ter mandado seus homens estrangularem um detido porque acreditava que era necessário para coletar informações de insurgentes suspeitos. Também colocou uma pistola descarregada contra a boca de outro detido para assustá-lo. Numa confissão não comprovada, mas reveladora, destinada a justificar a agressão, o advogado de Phan afirmou que “a informação adquirida [por Phan] desses terroristas era extremamente importante e valiosa para salvar as vidas de fuzileiros navais”.<sup>41</sup> Além de não ser possível comprovar essa justificativa, esses atos são contrários ao Código de Justiça



AP Foto, Pablo Martínez Monsivais

*Um manifestante vestido como um detido de Abu Ghraib se posiciona em frente à Casa Branca, durante protestos contra a guerra, 26 de setembro de 2005.*

Militar, à *Lei de Guerra Terrestre (The Law of Land Warfare — FM 27-10)*, às Convenções de Genebra e Haia, à Constituição dos EUA que os oficiais juram defender e, significativamente, aos valores centrais do Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA. Essas ações ofereceram aos subordinados um exemplo de liderança que teria conseqüências trágicas para todos os envolvidos.

Alguns sugerem que as atitudes demonstradas em relação aos civis iraquianos nos incidentes acima são apenas a ponta do iceberg. Em seu livro *Assassin's Gate*, George Packer descreve a detenção de dois insurgentes suspeitos numa base aérea americana no Iraque. Depois de testemunhar o abuso verbal praticado contra dois detidos, Packer escreveu: “Não era Abu Ghraib, apenas a feiúra de um jovem entediado e provavelmente sádico num cargo de poder temporário. No entanto, saí do campo de aviação... com uma sensação incômoda. Vislumbrara o que havia sob a pedra da ocupação; na certa, haveria muito mais lá”.<sup>42</sup> Embora seja possível que os dois detidos fossem insurgentes, as técnicas de tratamento não profissionais observadas por Packer não contribuíram em nada para obter a cooperação ou conversão dos detidos. As ações só serviram para aumentar o seu desdém pelos EUA e forças armadas americanas.

Thomas Ricks oferece evidência adicional das atitudes dos soldados americanos e seus líderes com respeito à população iraquiana. No início de 2004, um comandante de brigada supostamente disse a um oficial de assuntos civis que suas forças estavam lá para “matar o inimigo e não para conquistar seus corações e mentes”, enquanto seu comandante de divisão escreveu depois: “Quase toda noite, lançamos fogos de inquietação e interdição, o que chamo de contrabateria ‘proativa’... a artilharia desempenha um papel significativo na contra-insurgência”.<sup>43</sup> Um oficial de operações psicológicas reportou: “a 4ª Div Inf alimentou a insurgência... indivíduos chegavam de Fallujah, estabeleciam-se perto de uma casa de fazenda, lançavam um morteiro e saíam. Além disso, a 4ª Div Inf respondia com fogo de contrabateria. O general em comando da 4ª Div Inf promovia essa atitude. Agiam como caubóis”. Outro oficial americano relatou: “Vi tantos casos de abuso e intimidação de civis. Ficávamos de queixo caído”.<sup>44</sup>

Embora a maioria dos incidentes que minam a legitimidade das forças militares americanas tenha ocorrido no Iraque, as operações no Afeganistão não transcorreram sem problemas. Em 4 de março de 2007, um elemento de uma companhia recém-formada de operações especiais do CFN patrulhava na Província de Nangahar, no leste

**Os soldados precisam aprender que reforçar a legitimidade é um assunto central de todas as forças combatentes.**

do Afeganistão, quando um homem-bomba numa van o emboscou. Uma investigação preliminar revelou que os fuzileiros navais começaram a atirar e continuaram disparando em pelo menos seis lugares, a quilômetros de distância do local da emboscada. Segundo o relatório preliminar obtido pelo *Washington Post*, atiraram em veículos parados, transeuntes e outros de “caráter exclusivamente civil”, que não haviam “apresentado qualquer comportamento provocador ou ameaçador”.<sup>45</sup> O Comando Central dos EUA rapidamente retirou a companhia do Afeganistão, e o Comando de Operações Especiais do CFN afastou o comandante de companhia e o graduado mais antigo.<sup>46</sup>

Embora se possa sustentar que a legitimidade estratégica no Afeganistão era mais persuasiva que no Iraque, os dois teatros experimentaram graus variados de sucesso na manutenção da legitimidade operacional. A resposta às ações dos fuzileiros navais na Província de Nangahar foi previsivelmente hostil nos lugares onde os sentimentos anticolonialistas estavam exaltados, mas a reação nacional foi mais tranqüila. No Iraque, onde a legitimidade estratégica dos EUA foi fraca desde o início, superar esses incidentes tem sido um desafio. Os esforços para fortalecer a legitimidade dos EUA por meio de operações humanitárias e de reconstrução não tiveram êxito e as revelações chocantes de Abu Ghraib exacerbaram a situação.

O tratamento de detidos prejudicou mais a legitimidade estratégica e operacional dos EUA nos últimos anos que qualquer outra questão. A opinião pública americana e mundial é

**Os soldados gostam de arrombar portas. Isso lhes proporciona uma descarga de adrenalina e uma sensação de realização e elimina o tédio. Infelizmente, também cria novos inimigos.**

extremamente crítica do tratamento de detidos, desde que Seymour Hersh publicou a primeira reportagem sobre as fotos de Abu Ghraib em abril de 2004.<sup>47</sup> O furor e os tumultos desencadeados em maio de 2005, depois que a revista *Newsweek* noticiou que o Corão tinha sido profanado em Guantânamo, demonstram que as implicações dos abusos vão muito além de questões de disciplina militar interna.<sup>48</sup> O Relatório de Schlesinger, de agosto de 2004, foi condenatório, com suas críticas sobre as falhas de política, comando e disciplina que contribuíram para o nível chocante de abusos cometidos contra detidos.<sup>49</sup> Em 6 de maio de 2005, por meio de um relatório ao Comitê Contra a Tortura da ONU, os Estados Unidos explicaram formalmente ao mundo os resultados de suas nove investigações sobre detidos e disseram que estão tratando de mais de 300 recomendações para melhorar o tratamento, responsabilização, investigação, supervisão e coordenação de detidos.<sup>50</sup> Os problemas relativos a detidos são bem conhecidos hoje, e o efeito na legitimidade dos EUA foi devastador. O

Xeque Mohamed Bashir resumiu as frustrações iraquianas durante as orações de sexta-feira em Um Al-Oura, em Bagdá, em 11 de junho de 2004: “A liberdade nesta terra não é nossa. É a liberdade dos soldados ocupantes para fazer o que quiserem... abusar de mulheres, crianças e idosos, que prendem aleatoriamente e sem qualquer culpa. Ninguém pode lhes perguntar o que fazem, porque estão protegidos por sua liberdade... Ninguém pode puni-los”.<sup>51</sup>

O impacto verdadeiro de Abu Ghraib, Haditha, Hamdani e outros incidentes prejudiciais à legitimidade não consiste apenas na redução da cooperação local com os esforços dos EUA, censura da comunidade internacional e diminuição do apoio americano às operações. O impacto verdadeiro é o fortalecimento do inimigo. O pesquisador da RAND, David Gompert, sugeriu que “a violência impensada das operações de contra-insurgência, apreensões indiscriminadas, detenções extrajudiciais e interrogatórios cruéis podem retirar a legitimidade do poder governante, validar o ponto de vista jihadista, legitimar o terrorismo e produzir novos



Força Aérea dos EUA, Sgt. Jason T. Bailey

*Um carro de combate M1A1 Abrams impõe uma zona de “não caminhar, não parar, não vender, não vagar e de força letal autorizada” perto de Bagdá, 7 de dezembro de 2007.*

mártires”.<sup>52</sup> De janeiro a setembro de 2006, o índice de aprovação da população iraquiana aos ataques contra as tropas americanas aumentou de 47% para 61%. Entre os sunitas, o apoio a ataques contra soldados americanos diminuiu drasticamente de um recorde de 92%, somente porque os comandantes das forças americanas sob o comando do General Petraeus finalmente começaram a entender o recado.<sup>53</sup> Com base nos resultados de uma enquete, Gompert observa: “Quando mais de um terço dos muçulmanos americanos, conhecidos por sua moderação, acredita que seu próprio governo está ‘travando uma guerra contra o Islã’, pode-se começar a compreender a dificuldade de persuadir os muçulmanos não-americanos de que não é esse o caso”.<sup>54</sup>

## Reconstrução da Legitimidade

*A ação militar pode tratar dos sintomas da perda de legitimidade. Em alguns casos, pode eliminar um número considerável de insurgentes. No entanto, o sucesso na forma de uma paz duradoura exige a restauração da legitimidade, o que... requer o emprego de todos os instrumentos do poder nacional. Um esforço de contra-insurgência não pode obter um sucesso duradouro sem que o governo da nação anfitriã conquiste a legitimidade.*

—Manual de Campanha FM 3-24, Counterinsurgency<sup>55</sup>

A reconstrução da legitimidade dos EUA para as operações atuais exigirá um esforço de longo prazo e de diversos órgãos nos âmbitos estratégico e operacional, mas já há sinais de que o esforço pode valer a pena.

Primeiro, embora a legitimidade dos EUA no Iraque permaneça fraca, o apoio muçulmano à visão de mundo do Talibã ou da Al-Qaeda é inferior a 10%. Como descreveu um observador: “Muitas pessoas gostariam de ver Bin-Laden e Zarqawi prejudicar os EUA, mas não querem que Bin-Laden governe seus filhos”.<sup>56</sup> Embora não tenhamos vencido a guerra, estamos longe de perdê-la. Melhorar a percepção da legitimidade do governo iraquiano e do esforço liderado pelos EUA no Iraque não só salvará vidas de iraquianos e da coalizão, como também servirá para minar os esforços de recrutamento dos insurgentes e da Al-Qaeda.

Uma segunda nota de otimismo é que estamos fazendo um esforço autêntico para corrigir a situação. Seja na busca determinada de justiça contra transgressões, revisão doutrinária abrangente ou seleção de comandantes com experiência comprovada em contra-insurgência, as forças militares americanas deram os primeiros passos para reconhecer e corrigir o problema. Para completar o processo, seis estratégias importantes são pré-requisitos para o sucesso.

**Criar uma lista verdadeiramente integrada de princípios de operações combinadas.** As mudanças recentes da doutrina dos EUA renomearam os princípios das operações militares além da guerra — legitimidade, comedimento e perseverança — como “outros princípios”, tornando-os subordinados aos princípios de guerra tradicionais, como se sugerissem que não se deve considerar a legitimidade até um momento mágico, quando for hora de substituir um conjunto de princípios por outro. A sugestão de que uma mudança de mentalidade ocorrerá sob demanda evoca os comentários de um oficial quando o 3º Regimento de Cavalaria Blindado chegou ao Iraque em 2003: “A atitude deles em termos de regras de engajamento me sugeriu que não haviam efetuado a mudança de operações de combate para operações de estabilidade”.<sup>57</sup> Os oficiais não podem começar a pensar sobre a legitimidade, comedimento e perseverança na Fase IV. Durante as operações de combate modernas, é preciso considerar esses princípios muito antes do início da Fase IV. Uma mentalidade que ainda enxerga o combate de alta intensidade como o único trabalho verdadeiro de um soldado resultará em confusão. O serviço à nação pode assumir muitas formas, todas as quais exigem profissionalismo e reflexão sobre os princípios fundamentais, entre os quais a legitimidade deve urgentemente assumir sua posição. Os soldados precisam aprender que reforçar a legitimidade é um assunto central de todas as forças combatentes.

**Reconhecer que oficiais profissionais são protetores da legitimidade.** A decisão da administração de apoiar métodos de interrogação mais severos talvez tenha produzido algumas informações de inteligência, mas seu impacto negativo ultrapassou em muito qualquer

valor adquirido. Muitos, particularmente na procuradoria geral da justiça militar, viam a crise se aproximar, mas eram marginalizados por consultores civis que sugeriam que “o novo paradigma tornara a Convenção de Genebra obsoleta” e “tornara antiquadas algumas de suas disposições”.<sup>58</sup> Na realidade, porém, os oficiais superiores solicitavam, aceitavam e implantavam essas disposições, muitas vezes com insuficiente supervisão, dados os riscos envolvidos. Os oficiais superiores devem considerar a legitimidade de sua organização no longo prazo, ao solicitarem ou implantarem essas medidas extraordinárias.

Afirmar o que não foi afirmado com clareza. Os líderes de todos os níveis devem reconhecer que poderiam ter prevenido muitas das ações que minaram a legitimidade se não fosse a aprovação tácita que os soldados presumiam receber de seus líderes superiores em relação a tais ações. O exemplo de má liderança do 2º Tenente Phan, em Hamdani, reflete uma atitude de justificação implícita. A observação do Relatório de Schlesinger que “os líderes transmitiam um sentido de aprovação tácita de comportamentos abusivos em relação aos detidos” verbaliza o que muitos nas forças militares podiam sentir: um ambiente de comando em que o comedimento não era uma preocupação evidente. Os comentários sobre a acomodação no Relatório de Bargewell em relação a Haditha também reforçam as conclusões de que os líderes de todos os níveis claramente deixaram de expor como a legitimidade se encaixava no conceito da operação.<sup>59</sup>

**Considerar o impacto de uma operação tática na legitimidade.** Os soldados gostam de arrombar portas. Isso lhes proporciona uma descarga de adrenalina e uma sensação de realização e elimina o tédio. Infelizmente, também cria novos inimigos. É preciso que informações confirmadas orientem as operações de isolamento e busca e as apreensões no meio da noite. Se a polícia local puder tocar a campanha na manhã seguinte e obter o mesmo efeito, é necessário que um pelotão entre à força? Podemos deixar os peixes miúdos para trás até que apanhemos os graúdos para assegurar que os habitantes entendam a nossa intenção? Podem as forças de operações especiais lidar com esse alvo? Estão as forças especiais focalizadas demais em missões

de ação direta em vez de caminhos mais sutis para a vitória? Ao criar cenários de guerra para todas as opções, o estado-maior deve considerar os resultados de longo prazo das ações táticas.

**Extraír uma lição da história dos EUA.** À medida que aumentou o seu profissionalismo, as forças policiais americanas aprenderam lições difíceis sobre a legitimidade. Em 1965, dois anos antes de alguns dos piores distúrbios na história de Detroit, o Chefe da Polícia de Detroit, George Edwards, escreveu o seguinte: “Embora se considerem, em geral, funcionários públicos com a responsabilidade de manter a lei e a ordem, os policiais locais [brancos] tendem a minimizar essa atitude ao patrulharem áreas com uma grande população de cidadãos negros. Lá, tendem a ver toda pessoa na rua como um criminoso ou inimigo potencial e, muitas vezes, essa atitude é retribuída... Foi uma importante causa de todos os distúrbios raciais recentes.”<sup>60</sup>

A tendência de enxergar a maioria dos cidadãos como inimigos potenciais é, com frequência, a configuração padrão das forças da coalizão. Embora nenhum soldado deva ser ingênuo, a premissa de que a maioria das pessoas na rua quer apenas tocar a vida de forma pacífica é provavelmente correta. O respeito que os soldados demonstram a esses cidadãos deve ser semelhante ao respeito que demonstram aos civis dos EUA durante respostas a uma crise interna.

**Reconhecer que a legitimidade durante uma única operação é influente e duradoura.** A legitimidade dos EUA no Iraque afeta como as pessoas no Afeganistão, Iêmen e Filipinas vêem as operações americanas. As revelações de Abu Ghraib tiveram um impacto direto nas atitudes no mundo inteiro. O sucesso dos EUA em recuperar a legitimidade no Iraque terá impacto em alguma operação futura em outra região do mundo. Uma única operação afetará todas as operações futuras na região, porque as memórias locais tendem a durar mais tempo que as memórias institucionais das forças desdobradas. Em 1979, a ira dos estudantes iranianos que tomaram como reféns 54 cidadãos do “Grande Satã” chocou os EUA. De fato, uma visão de longo prazo da legitimidade dos EUA na região influenciou os estudantes iranianos que usaram a expressão. Da perspectiva local, a tomada de reféns foi uma forma de garantia contra uma repetição da intervenção

clandestina dos EUA em 1953, que derrubou um primeiro-ministro popular em favor de um xá pró-Estados Unidos e autoritário.<sup>61</sup> Qualquer que seja a reputação que se estabeleça hoje numa região, terá efeitos de segunda e terceira ordem daqui a anos.

## Conclusão

*Devemos considerar que seremos como uma cidade sobre uma colina. Os olhos de todo o mundo se voltarão para nós.*

—John Winthrop, 1630<sup>62</sup>

Para obter sucessos de longo prazo, os EUA devem executar todas as operações militares com o conceito de legitimidade em mente. Embora devam jogar com as cartas que lhes der o destino na geopolítica, os oficiais militares podem influenciar o modo como as pessoas vêem suas ações no terreno. Uma influência positiva exige uma força integrada, que compreenda a importância da legitimidade. O objetivo pode ser o primeiro princípio de todas as operações, mas a legitimidade ocupa a segunda colocação. **MR**

## REFERÊNCIAS

1. President George W. Bush, *The National Security Strategy of the United States of America*, Washington, DC: The White House, 16 de março de 2006, Introdução, 1, disponível em: <[www.whitehouse.gov/nsc/nss/2006/nss2006.pdf](http://www.whitehouse.gov/nsc/nss/2006/nss2006.pdf)>.

2. Os totais oficiais de baixas do Departamento de Defesa estão disponíveis em: <[www.defenselink.mil/news/casualty.pdf](http://www.defenselink.mil/news/casualty.pdf)>. A referência mais útil para os totais acumulados, incluindo os da coalizão e os iraquianos (provisórios) está disponível em: <[www.icasualties.org/oif/](http://www.icasualties.org/oif/)>.

3. Excluindo as forças paquistanesas ou afegãs, as mortes entre as tropas da coalizão em 2006 totalizaram 191, muito acima dos 12 mortos em 2001 e 68 em 2002. Os sites supracitados fornecem números atualizados. Para consultar os relatórios oficiais do Departamento de Defesa, acesse <[www.defenselink.mil/news/casualty.pdf](http://www.defenselink.mil/news/casualty.pdf)>. Há relatórios mais completos sobre baixas da coalizão em: <[www.icasualties.org/oif/](http://www.icasualties.org/oif/)>.

4. Embora exista muita discussão sobre o que constitui uma despesa de defesa, a estatística de 48% vem de *Stockholm International Peace Research Institute's Yearbook 2006: Armaments, Disarmament and International Security*, (Oxford: Oxford University Press, 2006), Capítulo 8. Há trechos disponíveis em: <<http://yearbook2006.sipri.org/chap8/chap8>>. Os Estados Unidos assumiram um grande ônus. Se fosse um orçamento de defesa nacional, apenas a solicitação do suplemento do orçamento (em acréscimo ao pedido do Departamento de Defesa) se classificaria como o segundo maior orçamento de defesa nacional do mundo (aproximadamente US\$ 30 bilhões a mais que o da China). Para consultar as solicitações orçamentárias atuais, acesse: <[www.whitehouse.gov/infocus/budget/BudgetFY2008.pdf](http://www.whitehouse.gov/infocus/budget/BudgetFY2008.pdf)>.

5. Existem demasiadas referências úteis sobre contra-insurgência para oferecer uma lista completa aqui. Podem ser encontradas referências bibliográficas completas, bem como análises, no site da Escola de Comando e Estado-Maior dos EUA no Forte Leavenworth, disponível em: <[www.cgsc.army.mil/carl/resources/biblio/CAC\\_counterinsurgency.asp](http://www.cgsc.army.mil/carl/resources/biblio/CAC_counterinsurgency.asp)> ou no utilíssimo site do *Small Wars Journal*, disponível em: <<http://smallwarsjournal.com/reading-list/>>.

6. As citações são de David Galula, *Counterinsurgency Warfare: Theory and Practice* (Nova York: Praeger, 1964), p. 8.

7. Manual de Campanha dos EUA FM 3-24 *Counterinsurgency* (Washington, DC: U.S. Government Printing Office [GPO], 15 de dezembro de 2006), pp. 1-3. O Corpo de Fuzileiros Navais também lançou essa publicação como a Publicação de Guerra do Corpo de Fuzileiros Navais 3-33.5, disponível em: <<http://usacac.army.mil/cac/repository/materials/coin-fm3-24.pdf>>.

8. Os princípios de guerra são objetivo, ofensiva, massa, economia de forças, manobra, unidade de comando, segurança, surpresa e simplicidade. Veja o U.S. Joint Chiefs of Staff, Joint Publication 3-0, *Joint Operations*, 17 de setembro de 2006, disponível em: <[www.dtic.mil/doctrine/jel/new\\_pubs/jp3\\_0.pdf](http://www.dtic.mil/doctrine/jel/new_pubs/jp3_0.pdf)>. A Publicação Combinada JP 3-0 extraiu a nova lista de “outros princípios” diretamente da doutrina anterior dos EUA sobre “Operações Além da Guerra”. Consulte U.S. JCS, Joint Publication (JP) 3-07, *Joint Doctrine for Military Operations Other than War*, 16 de junho de 1995, disponível em: <[www.dtic.mil/doctrine/jel/new\\_pubs/jp3\\_07.pdf](http://www.dtic.mil/doctrine/jel/new_pubs/jp3_07.pdf)>. O fato de que a JP 3-07 se refere a esses outros princípios como “específicos às Operações Além da Guerra” sugere que, na mentalidade das forças militares dos EUA até recentemente, assuntos como comediamento, legitimidade e perseverança não faziam parte da mentalidade doutrinária vigente. Observe que a JP 3-07 não

existe mais. Apareceu terminologia semelhante na doutrina do Exército dos EUA anteriormente, notadamente nos manuais de campanha FM 100-5 e FM 100-20. 9. PIERSON, Christopher, *The Modern State* (Londres: Routledge, 1996), p. 22.

10. Para discussões sobre a legitimidade como um conceito político, consulte HEYWOOD, Andrew, *Key Concepts in Politics* (Nova York: St Martin's Press, 2000), pp. 29-30; HELD, David, *Political Theory and the Modern State: Essays on State, Power and Democracy* (Cambridge: Polity Press, 1989), pp. 99—157; e HOFFMAN, John, *Beyond the State* (Cambridge: Polity Press, 1995).

11. Um bom exemplo disso foi a decisão da OTAN de executar operações em Kosovo em 1999. Embora a legalidade dessa operação permaneça discutível (desde que não havia resolução formal alguma do Conselho de Segurança da ONU), com base em pesquisas de opinião, a maioria das populações da OTAN a viu, geralmente, como uma aplicação legítima de força.

12. WEBER, Max, *The Theory of Social and Economic Organization*, (Nova York: The Free Press, 1964), pp. 124-32; consulte também *Basic Concepts in Sociology, Part IV Social Order*, disponível em: <[www.ne.jp/asahi/moriyuki/abukuma/weber/method/basic/basic\\_concept\\_frame.html](http://www.ne.jp/asahi/moriyuki/abukuma/weber/method/basic/basic_concept_frame.html)>.

13. JOHNSTON, Larry, *Politics: An Introduction to the Modern Democratic State*, (Peterborough, Ontário: Broadview Press, 1997), p. 24.

14. Max Weber, citado em PIERSON, p. 22.

15. *Ibid.*, pp. 22-23.

16. ARENDT, Hannah, *Between Past and Future: Eight Exercises in Political Thought*, 4ª edição, rev. (Nova York: Penguin Books, 1983), pp. 92-3, citado em COICAUD, Jean-Marc, *Legitimacy and Politics: A contribution to the study of political right and political responsibility*, tradutor, David Ames Curtis (Cambridge: Cambridge University Press, 2002).

17. As experiências do Chefe da Polícia de Miami, John Timoney, são de particular interesse. Como membro superior do Departamento de Polícia de Nova York, Timoney analisou a taxa de tiroteios em Nova York, em 1972, e observou que, quando uma política de restrições do emprego de armas de fogo foi imposta, os tiroteios diminuíram imediatamente em 50%. Em 1985, o número de pessoas mortas pela polícia em Nova York caiu de 90 para 12 e o número de policiais mortos diminuiu de 12 para zero. Como Chefe da Polícia de Miami, impôs restrições semelhantes, resultando em reduções significativas de tiroteios (de uma média de 12 trocas de tiros e 2,8 pessoas mortas pela polícia anualmente, antes de sua posse, para menos de duas trocas de tiro por ano e somente duas pessoas mortas pela polícia em quatro anos de sua gestão). O importante é que essas reformas tiveram um efeito positivo sobre o crime em Miami, incluindo uma redução significativa na taxa de homicídios. Consulte WALSH, Elsa, “Miami Blue: The Testing of a Top Cop,” *The New Yorker*, 5 de março de 2007, p. 47.

18. Todas as citações são de um útil resumo de pesquisa em SKOGAN, Wesley e FRYDL, Kathleen, eds, *Fairness and Effectiveness in Policing: The Evidence*, Report of the National Research Council Committee to Review Research on Police Policy and Practices (Washington, DC: The National Academies Press, 2004), pp. 18-19 e 304-6.

19. PETRAEUS, GEN David H., “Commanding General's Letter about Values,” site da Força Multinacional no Iraque, acesso em: 10 de maio de

2007, disponível em: <[www.mnf-iraq.com/images/stories/CGs\\_Corner/values\\_message\\_%2810\\_may\\_07%29.pdf](http://www.mnf-iraq.com/images/stories/CGs_Corner/values_message_%2810_may_07%29.pdf)>.

20. FALLOWS, James, "Declaring Victory," *The Atlantic Monthly*, Vol. 298, Nº 2 de setembro de 2006, disponível em: <[www.theatlantic.com/doc/200609/fallows\\_victory](http://www.theatlantic.com/doc/200609/fallows_victory)>.

21. BERGEN, Peter, "Ayman Al-Zawahiri," *Time Magazine*, Domingo, 30 de abril de 2006, <[www.time.com/time/magazine/article/0,9171,1187180,00.html](http://www.time.com/time/magazine/article/0,9171,1187180,00.html)> e em <[www.peterbergen.com/bergen/articles/details.aspx?id=259](http://www.peterbergen.com/bergen/articles/details.aspx?id=259)>. Na mesma linha, Fallows continua a argumentar: "As enquetes de Telhami, como as da Pew Global Attitudes Survey, mostram um aumento constante de hostilidade para com os Estados Unidos, mas nenhum surto de entusiasmo pela vida fundamentalista de estilo talibã... 'muitas pessoas gostariam de ver bin-Laden e Zarqawi prejudicar os EUA, mas não querem que bin-Laden governe seus filhos'. Suas pesquisas de opinião pediram que as pessoas indicassem o aspecto da Al-Qaeda com o qual mais se identificavam. Somente 6% dos pesquisados escolheram o apoio da Al-Qaeda a um estado islâmico puritano". FALLOWS, *Ibid.*

22. Citado em: <<http://projects.washingtonpost.com/staff/email/karen+deyoung+and+peter+baker>>. "Bush Detainee Plan Adds to World Doubts of U.S., Powell Says," *Washington Post*, 19 de setembro de 2006, p. A04, <[www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2006/09/18/AR2006091801414.html?referrer=email](http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2006/09/18/AR2006091801414.html?referrer=email)>.

23. Embora existam muitas referências sobre a Teoria da Guerra Justa, um bom texto introdutório é CHRISTOPHER, Paul, *The Ethics of War and Peace: An Introduction to Legal and Moral Issues*, 3ª Edição. (Upper Saddle River, NJ: Pearson Prentice Hall, 2004).

24. Muitos sustentam que a decisão de ir à Guerra foi, em grande parte, pré-concebida e que os briefings ao Conselho de Segurança da ONU ou a procura de mais evidências de armas de destruição em massa no Iraque foram simplesmente esforços para buscar legitimidade para uma decisão já tomada. Consulte WOODWARD, Bob, *Plan of Attack* (Nova York: Simon and Schuster, 2004).

25. Consulte CHRISTOPHER, Paul, Capítulo 4.

26. SMITH, Rupert, *The Utility of Force: The Art of War in the Modern World*, (Londres: Penguin Books, 2006), pp. 16-17.

27. Citado em Anonymous (the IOC Staff, The Basic School), "A Question of Moral Authority: Understanding the Fighter/Leader Concept," *The Marine Corps Gazette*, Maio de 2006, pp. 64-5. De PRESSFIELD, Steven, *The Gates of Fire* (Nova York: Doubleday, 1998), p. 112.

28. JP 3-0, Anexo A, p. A-4.

29. Para as descrições das operações pelos *Rangers* (comandos), consulte SCHROEDER, James, "The Rangers Take Haditha Dam," *Veritas* (Inverno de 2005): pp. 55—60, e BAHMANYAR, Mir, *Shadow Warriors: A History of the U.S. Army Rangers* (Nova York: Osprey, 2005), pp. 248-53. Este último é completo, com slides de PowerPoint do briefing de conceito de operações. Uma visão mais geral, que oferece o contexto operacional das operações, consta de GORDEN, Michael R. e TRAINOR, General Bernard E., *Cobra II: The Inside Story of the Invasion and Occupation of Iraq*, (Nova York: Pantheon books, 2006), pp. 331-35.

30. ASSER, Martin, "What happened at Haditha?" *BBC News Report*, 21 de dezembro de 2006, <[http://news.bbc.co.uk/1/hi/world/middle\\_east/5033648.stm](http://news.bbc.co.uk/1/hi/world/middle_east/5033648.stm)>. Também há uma visão geral útil, com referências, disponível em Wikipedia.org, sob o título de "Haditha Killings": <[http://en.wikipedia.org/Haditha\\_massacre.htm](http://en.wikipedia.org/Haditha_massacre.htm)>.

31. Consulte McGIRK, Tim, "Collateral Damage or Civilian Massacre in Haditha?" *Time*, 19 de março de 2006, <[www.time.com/time/magazine/article/0,9171,1174682,00.html](http://www.time.com/time/magazine/article/0,9171,1174682,00.html)>. Consulte também ASSER.

32. Uma investigação preliminar teve início em 14 de fevereiro de 2006 e uma investigação criminal três semanas depois. Essas investigações resultaram em 15 acusações gerais e 44 acusações específicas contra oito fuzileiros navais, incluindo acusações de homicídio contra quatro deles.

33. Asser.

34. WHITE, Josh, "Report on Haditha Condemns Marines: Signs of Misconduct were Ignored," *Washington Post*, 21 de abril de 2007, p. A01, <[www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2007/04/20/AR2007042002308.html](http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2007/04/20/AR2007042002308.html)>.

35. "Simple Failures' and 'Disastrous Results': Excerpts from MG Eldon A. Bargewell's Report," *Washington Post*, 21 de abril de 2007, p. A13, <[www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2007/04/20/AR2007042002309.htm](http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2007/04/20/AR2007042002309.htm)>.

36. *Ibid.*, p. A13, e WHITE, Josh, p. A13.

37. *Ibid.*, p. A13.

38. Reuters, "Marine Given 8 Years in Iraqi's death," *New York Times*, 19 de fevereiro de 2007, <[www.nytimes.com/2007/02/19/us/19marine.html?ref=worldspecial](http://www.nytimes.com/2007/02/19/us/19marine.html?ref=worldspecial)>. Para conferir a lista das acusações detalhadas desse processo e do incidente de Haditha, acesse o site do Corpo de Fuzileiros Navais, "Iraq Investigations," <[www.usmc.mil/lapa/iraq-investigations.htm](http://www.usmc.mil/lapa/iraq-investigations.htm)>. Observe que cinco dos oito já entraram em acordo com a promotória, visando à redução da pena em troca de seu depoimento contra três dos acusados.

39. Em resposta a esses eventos, o Comandante do Corpo de Fuzileiros Navais, General M W. Hagee, distribuiu um lembrete ao CFN intitulado "On Marine Virtue" ("Sobre as Virtudes dos Fuzileiros Navais"), <[www.marines.mil/marine-link/mcn2000.nsf/0/#362b1c89c3a3538525717900632927?Open Document](http://www.marines.mil/marine-link/mcn2000.nsf/0/#362b1c89c3a3538525717900632927?Open Document)>.

40. Consulte um breve resumo de reportagens relacionadas e links para essas reportagens no artigo da Wikipedia.org "Hamdania incident": <[http://en.wikipedia.org/wiki/Hamdania\\_incident](http://en.wikipedia.org/wiki/Hamdania_incident)>.

41. WATKINS, Thomas, AP, "Lawyer: Charges Dropped Against Marine," *WTOP News*, 1º de maio de 2007 <[www.wtopnews.com/?nid=104&sid=1031693](http://www.wtopnews.com/?nid=104&sid=1031693)>.

42. PACKER, George, *The Assassin's Gate: America in Iraq* (Nova York: Farrar, Straus, and Giroux, 2005), pp. 236-37.

43. RICKS, Thomas E., *Fiasco: the American Military Adventure in Iraq* (Nova York: Penguin Press, 2006), p. 234.

44. *Ibid.*, pp. 232-33.

45. TYSON, Ann Scott e WHITE, Josh, "Excessive Force by Marines Alleged: Afghan Report on Killings of Civilians is Consistent with U.S. Findings," *Washington Post*, 14 de abril de 2007, p. A01, <[www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2007/04/13/AR2007041302171.html](http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2007/04/13/AR2007041302171.html)>

46. *Ibid.*

47. HERSH, Seymour, "Torture at Abu Ghraib," *The New Yorker*, 10 de maio de 2004, <[www.newyorker.com/printables/fact/040510fa\\_fact](http://www.newyorker.com/printables/fact/040510fa_fact)>. Para repostas, consulte, por exemplo, Human Rights Watch Report, *Getting Away with Torture? Command Responsibility for the U.S. Abuse of Detainees*, Abril de 2005, Vol. 17, Nº 1(G), <[www.hrw.org/reports/2005/us0405/](http://www.hrw.org/reports/2005/us0405/)> ou artigos opinativos como HERBERT, Bob, "We Can't Remain Silent," *New York Times*, 1º de abril de 2005; FRIEDMAN, Thomas L., "Just Shut it Down," *New York Times*, 27 de maio de 2005; ou LEWIS, Anthony, "Guantanamo's Long Shadow," *New York Times*, 21 de junho de 2005.

48. Para consultar uma versão sintetizada das alegações da revista *Newsweek*, retratações e confissões dos EUA, acesse o relatório da BBC em <[news.bbc.co.uk/2/hi/americas/4608949.stm](http://news.bbc.co.uk/2/hi/americas/4608949.stm)>.

49. SCHLESINGER, James R., Chairman, *Final Report of the Independent Panel to Review DOD Detention Operations*, Agosto de 2004, <[www.defenselink.mil/news/Aug2004/d20040824finalreport.pdf](http://www.defenselink.mil/news/Aug2004/d20040824finalreport.pdf)>

50. Department of State, Second Periodic Report of the United States of America to the Committee Against Torture, 6 de maio de 2005, <[www.state.gov/g/drl/rls/45738.htm](http://www.state.gov/g/drl/rls/45738.htm)>.

51. CODY, Edward, "Iraqis Put Contempt for Troops on Display," *Washington Post*, 12 de junho de 2004, citado em FAY, General George R., Investigating Officer, *AR 15-6 Investigation of the Abu Ghraib Detention Facility and 205th Military Intelligence Brigade 23*, Agosto de 2004, p. 26.

52. GOMPERT, David, *Heads We Win: The Cognitive Side of Counterinsurgency* (Santa Monica, CA: RAND, 2007), xi, <[www.rand.org/pubs/occasional\\_papers/2007/RAND\\_OP168.pdf](http://www.rand.org/pubs/occasional_papers/2007/RAND_OP168.pdf)>.

53. The Brookings Institution, *Iraq Index: Tracking Reconstruction and Security in Post-Saddam Iraq*, 17 de maio de 2007, <[www3.brookings.edu/fp/saban/iraq/index.pdf](http://www3.brookings.edu/fp/saban/iraq/index.pdf)>.

54. GOMPERT, p. 28. Gompert cita os resultados de uma enquete da Zogby International, "Muslims in the American Public Square: Shifting Political Winds & Fallout from 9/11, Afghanistan, and Iraq," Outubro de 2004, <[www.projectmaps.com/AMP2004report.pdf](http://www.projectmaps.com/AMP2004report.pdf)>.

55. FM 3-24/MCWP 3-33.5, pp. 1-22, Parágrafo 1-120.

56. FALLOWS. Fallows cita Shibley Telhami antes das forças dos EUA eliminarem al-Zarqawi em 2006.

57. PACKER, p. 223.

58. As citações são de um memorando de 2002, escrito pelo então Conselheiro da Casa Branca Alberto Gonzales. Veja trechos em FROOMKIN, Dan, "More Ambiguity about Torture," *Washington Post*, 12 de julho de 2006.

59. Relatório de Schlesinger, p. 75. A importância de ser um bom modelo de liderança não pode ser subestimada. Veja o resultado de uma pesquisa do Pentágono, publicada em 4 de maio de 2007, da qual consta que aproximadamente 40% dos soldados dos EUA questionados acreditavam que a tortura devia ser permitida. Menos que a metade acreditava que os não-combatentes deviam ser tratados com dignidade e respeito e 10% deles admitiram que causaram danos a propriedades no Iraque. WOOD, Sara, "Defense Department Releases Findings of Mental Health Assessment," *American Forces Press Service*, 4 de maio de 2007, <[www.defenselink.mil/news/newsarticle.aspx?id=33055](http://www.defenselink.mil/news/newsarticle.aspx?id=33055)>.

60. EDWARDS, George, "Order and Civil Liberties: A Complex Role for the Police," *Michigan Law Review*, Vol. 64, Nº. 1 (Novembro de 1965): pp. 54-5. Disponível por meio de JSTOR (Journal Storage) em: <[http://links.jstor.org/sici?sci=0026-2234\(196511\)64%3A1%3C47%3AOACLAC%3E2.0.CO%3B2-Y](http://links.jstor.org/sici?sci=0026-2234(196511)64%3A1%3C47%3AOACLAC%3E2.0.CO%3B2-Y)>.

61. Para uma descrição realista, mas interessante sobre as pequenas guerras dos EUA e os efeitos duradouros na legitimidade, consulte KINZER, Stephen, *Overthrow: America's Century of Regime Change from Hawaii to Iraq* (Nova York: Times Books, 2006).

62. De um sermão famoso de John Winthrop, supostamente proferido aos puritanos de Massachusetts no navio *Arabella* em 1630, <[http://en.wikipedia.org/wiki/John\\_Winthrop](http://en.wikipedia.org/wiki/John_Winthrop)>, <<http://en.wikipedia.org/wiki/Sermon>>. O texto do discurso, "A Modell of Christian Charity", está disponível em: <<http://history.hanover.edu/texts/winthmod.html>>.